



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº: **0200240-8**

197

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **223.2008.001031-7**

COMARCA : **Limoeiro – 2ª Vara**  
IMPETRANTE : Paulo Soares de Negreiro  
PACIENTE : Francisco Roberto Ferreira de Lira  
PROCURADORA : Dr<sup>a</sup>. Adriana Fontes  
RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. DEFESA PRELIMINAR APRESENTADA SOMENTE 07 (SETE) MESES APÓS A CITAÇÃO DO RÉU. DEMORA NA MARCHA PROCESSUAL. CULPA DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE COAÇÃO ILEGAL POR EXCESSO PRAZAL. IMPROCEDÊNCIA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 64/STJ. ORDEM DENEGADA.

I – Concorrendo o réu para o retardo na marcha processual, incabível invocar eventual excesso dos prazos processuais para a formação da culpa, com vistas a configurar a ilegalidade de sua prisão preventiva, não podendo se imputar ao Juiz ou ao Promotor de Justiça a culpa pelo fato de o acusado haver deixando transcorrer *in albis* o prazo para oferecimento de sua defesa preliminar, somente o fazendo 07 (sete) meses após a sua citação, *ex vi* do disposto na Súmula nº 64/STJ.

II – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0200240-8** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
Presidente/ Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

198

HABEAS CORPUS Nº: **0200240-8**  
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **223.2008.001031-7**  
COMARCA : **Limoeiro – 2ª Vara**  
IMPETRANTE : **Paulo Soares de Negreiro**  
PACIENTE : **Francisco Roberto Ferreira de Lira**  
PROCURADORA : **Dr<sup>a</sup>. Adriana Fontes**  
RELATORA : **Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**

**RELATÓRIO**

O bel. **Paulo Soares de Negreiro** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **FRANCISCO ROBERTO FERREIRA DE LIRA**, qualificado na inicial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal para o encerramento da ação penal nº **223.2008.001031-7**, a que responde perante o Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Limoeiro, neste Estado, acusado da prática do delito capitulado no art.157, §2º, inciso I, do Código Penal, ao argumento de que o acusado se encontra preso preventivamente desde o dia **20/10/2003**, sem que tenha ocorrido a formação da culpa.

À inicial mandamental foram acostados os documentos de fls.06/22.

As fls.27, indeferi o provimento interino vindicado na atrial e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.37.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Adriana Fontes, ofereceu parecer às fls.41/42, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010

**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira **199**

HABEAS CORPUS Nº: **0200240-8**  
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **223.2008.001031-7**  
COMARCA : **Limoeiro – 2ª Vara**  
IMPETRANTE : Paulo Soares de Negreiro  
PACIENTE : Francisco Roberto Ferreira de Lira  
PROCURADORA : Dr<sup>a</sup>. Adriana Fontes  
RELATORA : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO**

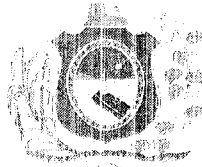
---

Trata-se de ação mandamental impetrada com vistas a restabelecer a liberdade do paciente, ao argumento de que o mesmo se encontra recolhido ao cárcere desde o dia **20/10/2003**, por força de prisão preventiva decretada em seu desfavor, sem que se verifique o término da instrução criminal, o que, no entender do impetrante, configura coação ilegal sanável pelo presente remédio jurídico-constitucional.

Preambularmente, observo que, muito ao revés do alegado pelo impetrante, o paciente não se encontra recolhido desde **20/10/2003** em decorrência de ordem prisional exarada nos autos da ação penal em tela, visto que a referida decretação somente ocorreu em **24/10/2008**, consoante se pode depreender da cópia da decisão impugnada trazida com a inicial (fls.10/12), tendo a referida ordem judicial sido efetivamente cumprida na mesma data (documento fls.16), ou seja, 05(cinco) anos após à data que informa o impetrante haver sido o paciente segregado nos autos em apreço.

De outra parte, as informações judiciais, prestadas através de ofício datado de **18/11/2009**, esclarecem que (fls.37):

*"(...) Recebida a peça investigativa em 23 de outubro de 2008, foi de imediato apresentado os autos ao Ministério Público o qual apresentou **denúncia na data de 15 de dezembro de 2008**, tendo sido o paciente denunciado nas penas do artigo 157, §2º, inciso I, do Código Penal, sendo proferido despacho inicial na data de 19/12/2008."*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

200

no qual é determinado a citação do acusado para responder à acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias, através de advogado. O denunciado Francisco Roberto Ferreirade Lira foi recolhido ao Presídio de Vitória de Santo Antão – PE, conforme ofício de fls.77 e foi expedida Carta Precatória de Citação para a Comarca de Vitória de Santo Antão – PE e devolvida em 23/01/2009, apresentando assim pelo acusado defesa preliminar em 03 de julho de 2009 às fls.91/92. No dia 07 de outubro de 2009 os presentes autos foi remetido ao Mutirão Judicial do Sistema Carcerário (...)

Como se vê, muito embora o paciente tenha sido citado, conforme se constata da carta precatória devolvida em **23/01/2009** (fls.17), o denunciado permaneceu inerte, deixando de apresentar sua defesa preliminar (certidão de fls.18), impondo a nomeação de defensora pública, a qual apresentou a referida peça defensiva somente em **03/07/2009** (fls.19/20), ou seja, **07 (sete) meses após a citação do acusado**, fazendo incidir, na espécie, o verbete sumular, a saber:

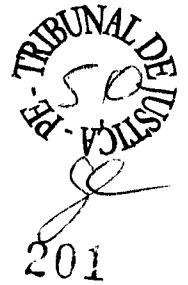
“Súmula 64/STJ – NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA”.

Destarte, afigura-se descabida a alegação de constrangimento ilegal por excesso prazal, quando a própria a defesa contribuiu sobremodo para o retardo na marcha processual.

Nesse sentido, socorre-nos julgado oriundo do S.T.J., *in litteris*:

“A demora no deslinde do procedimento não constitui ilegalidade quando atribuída à Defesa, sem contribuição do Juízo ou do Ministério Público. Súmula 64 STJ (...) Negado provimento ao recurso.” (RHC 22.685/MA, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG),

43



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

**SEXTA TURMA, julgado em 19/08/2008, DJ de 08/09/2008)**

Além de tal fato, note-se a necessidade de expedição de carta precatória para citação do acusado, diligência sabidamente demorada.

Ante o expendido, e em consonância com o parecer ministerial, denego a ordem.

Recife, 06 de janeiro de 2010

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Relatora**